



1 **ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MUNICÍPIO -----**
2 Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às dezenove horas e
3 quinze minutos, no Auditório do Gabinete, foi realizada a 37ª Reunião Ordinária do
4 Conselho do Município de Bauru, CMB. Estiveram presentes e assinaram a lista de
5 presença os seguintes membros por segmento da sociedade:
6 **A) REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Otaviano Alves Pereira Silva
7 (Titular, PMB – SAGRA); João Carlos Benicio (Suplente, PMB – SAGRA); Rafael
8 Nunes Rosalin (Suplente, PMB – SMDE); Osvaldo José Pedro (Titular, PMB – DAE);
9 Luiz Eduardo Penteado Borgo (Titular, PMB – EMDURB); José Pili Cardoso Filho
10 (Suplente, PMB – EMDURB); Maria José Majô Jandreice (Titular, PMB –
11 GABINETE). **B) REPRESENTANTES DAS UNIVERSIDADES, ENTIDADES DE**
12 **CLASSE, UNIVERSIDADES E ONGS:** Luiz Daré Neto (Titular – UNIVERSIDADE);
13 Reinaldo Luis Tadeu R. Mandaliti (Titular – OAB); Mariana de Campos Fattori (1º
14 Suplente - AOB); Ângelo Joaquina Neto (Titular – SINDUSCON); Marcio Antônio
15 Tonim Colim (Titular – IAB); Fernando César Pegorin (Titular – SECOVI); Octaviano
16 Khalil Axcar (1º Titular FRUTO URBANO SOS CERRADO FÓRUM PRÓ BATALHA);
17 Erik Luciano Mulato (1º Suplente FRUTO URBANO SOS CERRADO FÓRUM PRÓ
18 BATALHA). **C) REPRESENTANTES DA COMUNIDADE** - Alfredo Cirne Moreira
19 (Titular, Setor 1); Emilio Alfredo Moreira Viegas (1º Suplente, Setor 1); José de
20 Souza Lopes Junior (2º Suplente, Setor 1); Andressa L. dos S. B. Candelária (Titular,
21 Setor 2); Osvaldy Martins (Titular, Setor 4); José Fernando Redondo Mendes (2º
22 Suplente, Setor 5); Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi (Titular, Setor 6); Kaio Augusto
23 Santana (2º Suplente, Setor 6); Isabel Aiko Takamatsu (Titular, Setor 7); Rosangela
24 Felix Silva (1º Suplente, Setor 7); Evaldo Pereira da Silva (2º Suplente, Setor 7);
25 Waldir Caso (Titular, Setor 8); Klaudio Coffani Nunes (1º Suplente, Setor 8); Stefani
26 Aline Moreira (Titular, Setor 9); Anajete da Paz (Titular, Setor 10); Reinaldo José
27 Reche (Titular, Setor 11); Gustavo Gandara Gai (1º Suplente, Setor 12); Tania
28 Kamimura Maceri (2º Suplente, Setor 12); **D) REPRESENTANTES DO SETORES**
29 **RURAIS:** Nilton Carlos Pollice Scudeller (1º Titular – BACIA HID. DO CÓRREGO
30 ÁGUA PARADA); Lucia Helena Bueno Gaio Martins (Titular – BACIA HID. DO
31 RIBEIRÃO CAMPO NOVO). **E) JUSTIFICARAM AUSÊNCIA:** Pérola Motta Zanotto
32 (Titular, PMB - OBRAS), Paula Sumie Watanabe (Suplente, PMB – OBRAS);
33 Alexandre Antonio F. de Arruda (Titular, PMB - OBRAS); Luciana Garcia Campos
34 (Suplente, PMB - OBRAS); Natasha Lamônica Moinhos (Suplente, SEPLAN), Ana
35 Cristina Camargo (Titular, PMB – SEBES); Chahida Jaqueline Obeid (Suplente, PMB
36 – SEBES); Alfredo Neme Neto (Titular – ASSENAG); Eduardo Gomes Pegoraro (1º
37 Suplente - ASSENAG); Luiz Bombonato Filho (2º Suplente, ASSENAG); Edmilson
38 Queiroz Dias (Titular, IES - UNESP); Maria Izabel Merino de Medeiros (2º Suplente,
39 IES - APTA); Celso Adriano Chermont (Titular, Setor 3); Eliel Oieli Pacheco Junior
40 (1º Suplente, Setor 3); Johny Lancaster Calépsio de Castro (2º Suplente, Setor 3);
41 Francisco Octaviano Cardoso Filho (2º Suplente, BACIA HID. DO RIBEIRÃO
42 CAMPO NOVO). **F) CONVIDADOS:** Danielle Poglitsch Roza Amaro (PMB, Seplan),
43 Everson Demarchi (PMB, Finanças). **1) PALAVRA DO PRESIDENTE:** - **1.a)**
44 Participação da audiência pública do EIV do Colégio dos Marianistas; **1.b)** Convida
45 Conselheiros para participação de Audiência Pública para discutir Código de Obras
46 na área rural, a se realizar em 08/08/2017, à partir das 19 h, no Centro Rural de



47 Tibiriçá; **1.c)** Convida Conselheiros para participação de Audiência Pública para
48 discutir Código de Obras na área urbana, a se realizar em 15/08/2017, à partir das
49 19 h, no Teatro Municipal de Bauru; **1.d)** Convida Conselheiros para participação de
50 Audiência Pública para discutir Lei do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, a se
51 realizar em 08/08/2017, à partir das 16 h, na Câmara Municipal de Bauru; **1.e)**
52 Comunica restituição de Processo do Condomínio Portal do Sol, que tinha dúvidas
53 sobre a exigência ou não de EIV para ampliação de área do condomínio; **1.f)**
54 Comunica decisão de oficiar o Secretário de Planejamento quanto ao envio de
55 cópias dos Termos de Compromisso assinados, conforme previsto no Decreto que
56 regulamentou o TRT do EIV; **1.g)** Convida Conselheiros para participação na
57 Audiência Pública para discutir EIV do Instituto de Olhos de Bauru, a se realizar em
58 23/08/2017, à partir das 18h30min, Rua Rio Branco, 27-27, Jd. Estoril. O Presidente
59 inicia a reunião agradecendo a presença de todos e a disponibilidade de todos
60 conselheiros e membros aqui presentes. Recorrendo a pauta, diz que vai mudar a
61 ordem da mesma. Iniciando a palestra do Dr. Kláudio Cóffani Nunes, Geógrafo e
62 Advogado pois o mesmo tem compromisso e terá que sair mais cedo, no qual ele
63 discursara sobre a finalidade e obrigações bem como direito e deveres dos
64 Conselheiros. O presidente enquanto aguardava instalação do computador que teve
65 um problema técnico, foi apresentado outros assuntos. Entre eles, que o código de
66 obras da área rural vai se realizar no dia 08/08/2017, à partir das 19:00 h no Centro
67 Rural de Tibiriçá e convidada também os conselheiros para Audiência Pública para
68 discutir o código de Obras área urbana, a se realizar no dia 15/08/2017, às 19:00 h
69 no Teatro Municipal de Bauru. Amanhã dia 08/08/2017 terá uma Audiência Pública
70 na Câmara Municipal, convocada pelo vereador Natalino, o Sr. Raéder não
71 entendeu o porquê do Conselho não ter sido convocado ou convidado a participar da
72 reunião, e ele comunica que não poderá ir, pois tem compromissos profissionais
73 nesse mesmo horário. E pergunta qual dos conselheiros poderá representá-lo? O sr.
74 Borgo e o sr. Alfredo Cirne se prontificaram a comparecer. Sendo que lá estarão
75 vários órgãos, tais como: GAE, ASSENAG, DAE, Emdurb e várias Secretarias,
76 sendo que o Conselho não foi convidado e nem convocado o que causou
77 estranheza, porque os processos de EIV são obrigados a passar pelo Conselho. O
78 sr. Kláudio, sugeriu que fosse perguntado na reunião qual os critérios para as
79 contrapartidas, que hoje são muito subjetivos. Raéder diz que todos podem
80 participar, já que é uma audiência pública, porém àquele que for representando o
81 Conselho, deverá ter condições de responder aos questionamentos que forem feitos
82 ao mesmo. Dando Prosseguimento aos trabalhos, Raéder, explica que o processo
83 que vem para o Presidente do conselho, ou precisa ser dado um andamento,
84 geralmente são encaminhados à Câmara Técnica, ou são devolvidos com decisão
85 monocrática, ou seja, somente do Presidente, sem que passe pela plenária.
86 Ressalta que não são todos os processos que vão para Câmara Técnica, exceto os
87 processos que digam respeito ao EIV, estes sim, são obrigatoriamente
88 encaminhados à Câmara Técnica para análise, tendo em vista Resolução neste
89 sentido. É citado o processo do Edifício Portal do Sol, o Sr. Maurício Porto ficou em
90 dúvida e mandou para o Conselho, esse empreendimento foi construído em 1996 na
91 Avenida Getúlio Vargas e fizeram uma ampliação: Uma quadra de esporte e outras
92 coisas 450 m2 sendo desnecessário a exigência do EIV. Raéder entendeu se



93 mandasse para Câmara Técnica, ele seria devolvido tendo em vista a ampliação não
94 atingir a metragem mínima para que se exigisse a elaboração do EIV, assim, o
95 Presidente então restituiu o processo para não atrasar o trâmite. Ainda, que recebeu
96 outros dois processos referentes solicitação de aprovação de 2 empreendimentos na
97 Quinta da Bela Olinda, mas o Jurídico da prefeitura deu parecer contrário ao
98 andamento do processo, por haver pendência judicial na área, e o sr. Raéder conclui
99 porque se viesse para o Conselho iria retornar, ou seja, haveria perda de tempo,
100 motivo pelo qual informou que os mesmos serão restituídos para a SEPLAN,
101 finalizando que não cabe ao Conselho interferir em questões jurídicas envolvendo o
102 poder público e os proprietários das áreas. Dando sequência, O Presidente disse ter
103 recebido, por e-mail, de autoria do conselheiro José Fernando Redondo Mendes,
104 que diz que: Ouviu pelo rádio o vereador Segala dizendo que a lei tem que ser igual
105 para todos se referindo ao problema acontecido com seu filho. Continuando com a
106 sua reclamação, que não está sendo cumprida a lei EIV e do TRT, em que as
107 contrapartidas tem que ser pagar ou realizadas no decorrer da obra pode no
108 primeiro, no segundo ou último mês, só que para o empreendedor receber o habite-
109 se essas contrapartidas tem que estar todas pagas e quer saber se isso mesmo está
110 acontecendo e ressalva que não quer criar dificuldade para o empreendedor. Raéder
111 disse que vai encaminhar esse documento para SEPLAN, para que ela forneça
112 todos os **Termos de Compromisso** assinados desde o início da vigência da Lei
113 6626/2015, e ao chegar tais documentos, será montada uma Comissão dentro no
114 conselho para comparar o que está na Ata deliberada pelo Conselho, com o que
115 está discriminado no termo de compromisso, caso haja muita divergência do que foi
116 aprovado, em relação ao que foi transcrito no Termo, será encaminhada cópia para
117 o Ministério Público tomar ciência. Raéder pergunta se alguém tem alguma pergunta
118 sobre o assunto mencionado, enquanto esperamos o pronunciamento do Klaudio.
119 Raéder expõe o ocorrido na reunião do TAC no dia 27/07/2017, nas instalações da
120 ASSENAG, reunião esta onde os convidados principais não compareceram dando a
121 suspensão da mesma. **2. Indicação de Conselheiro Titular e Conselheiro**
122 **Suplente, representando o Conselho do Município de Bauru, junto à Comissão**
123 **responsável pela Revisão do Plano Diretor Participativo, Decreto n.º 13.470, de**
124 **28 de julho de 2017;** Raéder, dando início a indicação de dois conselheiros usando
125 a regra que podem ser indicados primeiramente Conselheiros titulares, feito isso
126 perguntou ao plenário quem teria disponibilidade para exercê-lo e ficou decidido por
127 unanimidade que os Conselheiros **Márcio Antonio Tonim Colin**, Titular e **Ângelo**
128 **Joaquini Neto**, Suplente, representariam o Conselho na referida Comissão, e a
129 indicação seria encaminhada, por ofício, à Secretaria do Planejamento. Por
130 problemas técnicos no equipamentos, foi necessária a inversão de pauta. **3)**
131 **Palestra inicial do debate acerca da regulamentação do Fundo Municipal de**
132 **Desenvolvimento Urbano e Rural, criado, conforme artigo 250, da Lei n.º**
133 **5.631/2008, que instituiu o PDP. Palestrante Everson Demarchi, Secretário de**
134 **Economia e Finanças do Município;** Raéder, convida o palestrante Everson
135 Demarchi, para explicar como funciona e a finalidade do Fundo Municipal de
136 Desenvolvimento Urbano e Rural, sendo que na verdade esse fundo já existe só
137 falta regulamentar. Everson, explica que a lei 5.631/2008, cria um fundo contado,
138 receita e despesas, que funciona normalmente como outra qualquer. Foi



139 perguntado se o prefeito já deu início a regulamentação e foi respondido pelo
140 Raéder que não, que devemos encaminhar a regulamentação para Câmara
141 Municipal através do Poder Executivo. Dando início à fala do palestrante, Everson foi
142 explicado quais tipos de despesas e receitas esse fundo terá, sendo que o fundo
143 deverá ser regulamentado por lei específica ou por Decreto. cabendo ao Jurídico
144 essa atribuição, sendo que o Jurídico terá que analisar com cuidado, talvez tenha
145 que ter uma lei complementar para regulamentar o referido artigo, previsto na lei
146 5.631, para se ter um parâmetro e começar a trabalhar. O Conselho invoca e
147 encaminha para o prefeito que faça a regulamentação desse fundo, à partir daí
148 podemos trabalhar como será a receita e sua destinação, devendo o município fazer
149 uma previsão orçamentária, se vai ter investimento ou não, ex: comprar uma
150 impressora. A forma de contratação, o fundo é simplesmente um fundo contábil, mas
151 separado da Secretaria à qual esse fundo está vinculado, porém ele faz parte do
152 orçamento do município, está integrado a esse orçamento do município mas faz
153 compras de forma separada, o procedimento de compras funciona como qualquer
154 outra Secretaria, valores se terá licitação ou pregão, se vai participar de ata de
155 registro ou não. Será o mesmo formato da administração direta. Disse que criado o
156 fundo do CMB, depois de passar pelos trâmites legais, a Secretaria de Finanças
157 libera o dinheiro para esta conta e depois sempre fará a fiscalização do uso do
158 mesmo. Agora o que o CMB precisa é começar a trabalhar essa regulamentação e
159 se tiver algo a mudar ou acrescentar podemos conversar de novo para acertamos,
160 Sr Kláudio, indaga que a grande preocupação seria de onde viriam as receitas,
161 dando o exemplo do COMDEMA , onde existia mais de dois milhões e meio de reais
162 em conta, mas só ficaram sabendo disso no ano de 2016 , o dinheiro estava parado
163 e vinha da Tufe, mas acha muito boa a criação do fundo com arrecadação de Taxas,
164 diz o secretário Everson que nós vamos estipular o prazo para fazer a Prestação de
165 contas do Balancete, se caso não houve despesas. Sr. Raéder complementa que a
166 ideia é que hoje o empreendedor prefere pagar a contrapartida em dinheiro e já
167 começa sua obra facilitando a todos, sendo transparente passando pelo tribunal de
168 contas, Secretário de Finanças e outros, deu como exemplo se for construir no
169 Tangarás ,o Conselho aprovando o fundo pode usar o dinheiro em escola etc. Onde
170 for melhor e o empreendedor vai realizando seu empreendimento mais rápido,
171 lembrando que a lei é de 2008 e precisamos trabalhar em parceria com todos para
172 regulamentá-la com a ajuda de todos ,entre eles: Sr. Pili, Sr. Klaudio, Sra. Majô e
173 outros que já possuem vasta experiência no assunto, e pede para darmos os
174 primeiros passos, O Sr. Everson afirma que esse fundo tem conta especifica não
175 misturando com recursos de outros fundos, mesmo fazendo parte do orçamento da
176 prefeitura ele é específico, podendo acontecer como no COMDEMA onde não ouve
177 uso do dinheiro e ele foi aumentando, mas é importante dizer que o Tribunal de
178 Contas fiscaliza essa verba, por isso é importante que se tenham projetos, e
179 planejamentos para utilização desse dinheiro. Everson comenta que impostos não
180 podem fazer parte desta receita, mas para nós fazermos o projeto para e que seja
181 estudada várias situações, e dá o exemplo que existe algumas TAXAS que vão para
182 o fundo de habitação, mas todas as propostas serão estudadas. Sr. Raéder termina
183 dizendo que o importante é começarmos em dar o primeiro passo, todos concordam,
184 os Palestrante, Secretário de Economia e Finanças do município, Sr. Everton



185 Demarchi, finaliza sua palestra dizendo que está à disposição do CMB e pede
186 licença para se ausentar por ter outro compromisso. Em seguida o Sr. Raéder pede
187 ao Sr. Cófani se ele conseguirá fazer sua apresentação, visto que o problema do
188 computador estava sendo providenciado, sendo que a Sra. Majô teve a presteza de
189 conseguir outro computador e com isso demos início a Palestra do Sr. Cófani. **3)**
190 **Palestra sobre as atribuições do Conselho do Município de Bauru, tais como:**
191 **quando foi criado, qual sua finalidade, quais obrigações, em que situações**
192 **deve atuar, bem como direitos e deveres dos Conselheiros. Palestrante Dr.**
193 **Kláudio Coffani Nunes, Geógrafo e Advogado;** O Sr. Kláudio iniciou sua palestra
194 às 20h10min devido problemas técnicos já citados, sua palestra foi muito bem
195 explicada em power point, sendo explicado item por item, dando muita atenção aos
196 que lá estavam, onde o plenário escutou atentamente, em alguns momentos o
197 Presidente fazia algumas colocações que ajudava ainda mais a qualidade da
198 mesma. Em certo momento a Sra. Majô, sugeriu que fosse enviada cópias das leis
199 citadas, pois o material era muito extenso e detalhado, e assim os membros
200 estudariam com mais tempo, visto o adiantado da hora visto que já estávamos há
201 mais de uma hora falando do regimento do CMB e ainda tínhamos um item da pauta
202 para resolvemos, sendo que por ser um material extenso, cópia desse material será
203 encaminhado por email ao Conselho para conhecimento. **5) Deliberação sobre os**
204 **Processos n.º 62.214/2014; 28.358/2017 e 27.769/2017, que tratam do Termo de**
205 **Ajustamento de Conduta, assinado entre o Ministério Público Federal,**
206 **Município de Bauru e outros, referente área próxima dos Villaggios.** Raéder
207 inicia a discussão sobre o que devemos fazer, qual atitude tomar com o processo do
208 TAC dos Villaggios, que está em sua posse e já faz três reuniões que ainda não foi
209 deliberado o destino a tomar. Raéder continua dizendo que tem mais que 12
210 conselheiros presentes, número suficiente para tomar uma decisão, voltando a
211 explicar que teve uma reunião dia 25 de julho somente um dos convidados
212 compareceu, o Advogado da família Galli, Dr. Reinaldo Mandalitti, que todos já
213 sabem do que se trata, o Sr. Porto fez um parecer jurídico e o conselho precisa ter
214 um posicionamento. Raéder continua falando que em 2014 deveríamos ser
215 chamados para discutir, e não fomos mesmo assim o TAC foi assinado pelo prefeito,
216 pelo Procurador Geral da época, bem como pelo Secretário do Planejamento da
217 época, e pergunta o que deve ser feito com esse processo, iniciando uma discussão:
218 Foi dito que há um problema grande com esse processo por ser uma obra grande,
219 envolvendo diversas construções e obrigações, inclusive construção de avenida,
220 transposição de linha férrea, ou seja uma obra cara para prefeitura, que está sem
221 recursos para tal. Sra. Majô, pergunta se em 2014 o CMB deveria ser consultado?
222 Raéder, diz que sim mas não sabe por que o Conselho Municipal não foi chamado, e
223 Majô continua dizendo que devemos dar um parecer: que o TAC deve ser devolvido
224 porque ele não seguiu os trâmites legais, mas Raéder fala que se nós falarmos isso,
225 ele tem que ser na verdade revisto. Tânia acha que devíamos chamar as
226 secretarias para esclarecer a importância da obra, mas Raéder fala que faltou
227 transparência e que o Secretário Jurídico da época Sr. Maurício Porto esse
228 processo não passou por ele em nenhum momento. Sr. Júnior e outros membros
229 concordam que não houve transparência. Raéder continua dizendo que temos que
230 decidir o que fazer com o processo. Vários conselheiros conversam entre si para



231 tentar chegar a uma conclusão. Sr. Ângelo acha que não deve marcar outra reunião
232 com os responsáveis, visto que eles não foram na primeira reunião ocorrida na
233 ASSENAG, deixando bem claro o desrespeito com os que lá estiveram, com a
234 sociedade convidada, com o Conselho e não deram nenhuma satisfação, onde ficou
235 parecendo que eles combinaram entre si para não comparecerem. Continuando,
236 Raéder acha que não adianta marcar outra reunião porque não vão comparecer, e
237 pede para que se decida o que se vai votar ou seja as propostas ao plenário, Raéder
238 volta a dizer que o Procurador Geral do Município, senhor Ricardo Chamma, em
239 reunião na Procuradoria da República, disse que o Conselho do Município não tem
240 legitimidade para interferir no TAC, inclusive teria conversado com o Prefeito
241 Clodoaldo Gazzeta e que o mesmo teria dado ordens ao Procurador Geral para fazer
242 um parecer afirmando que o Conselho não poderia interferir nesse assunto. E
243 Raéder, ainda diz que não sabe se o prefeito Clodoaldo Gazzeta tem conhecimento
244 disso, e que o Procurador da República também disse que o conselho não tem
245 competência para falar sobre o TAC e se realmente o conselho não tem
246 competência, vamos devolver esse processo sem se manifestar, mas diz que a lei
247 fala que tem que passar pelo conselho. Sra. Majô ainda diz que foram assinados
248 muitos TACs, que não temos nem ideia, nisso Sr. Nilton, faz uma indagação, porque
249 se o TAC era entre o Ministério Público e os donos da área, então por que a
250 Prefeitura entrou no caso, sabendo que ela jamais teria como arcar com essas
251 despesas e de cumprir esse acordo? ouve breve discussão entre os membros e o
252 representante da ONG pede a palavra e pergunta o que ocorreu e foi respondido
253 pelo Raéder, o Villaggio devolveu 40 mil metros quadrados à União para fazerem o
254 que quisessem, ficando 20 mil metros quadrados para construção de prédios da
255 Justiça Federal, Ministério Público Federal, Advocacia da União e Polícia Federal, e
256 outros 20 mil para fazer a avenida, mas lembra se fosse hoje fazer um prédio ou
257 outro empreendimento qualquer naquela área do Villaggio 4 quatro. A prefeitura
258 exigiria a construção da avenida por parte do empreendedor, independente da
259 existência ou não do TAC. Mas o que foi feito é que o empreendedor dos Villagios I,
260 II e III devolveu 40 mil metros porque foi aberto um inquérito civil público sob a
261 alegação de que houve apropriação de área pública federal, ou seja, que os Villagios
262 teriam sido construídos em cima de um leito ferroviário desativado, porém quando
263 da assinatura do TAC, a prefeitura se mostrou interessada em receber 20 mil metros
264 quadrados para construção de uma avenida que ligaria a Av. José Vicente Aiello à
265 Afonso José Aiello. Muitos conselheiros lembram que a área pode ser devolvida
266 para a união e ela que resolva com os Villagios, tirando a prefeitura desse ônus.
267 Majô, sugere devolver o processo dizendo que passou pelo Conselho fazendo as
268 devidas considerações para que ele não seja omissor porque todos conselheiros
269 presentes discordam desse TAC, que precisam achar uma forma jurídica de deixar
270 isso bem claro, e a proposta de devolver da Majô de devolver não é aceita por
271 acharem que dessa forma o TAC vai ser aprovado. Mesmo não concordando com o
272 TAC, Majô quer que escreva a preocupação e que devolvemos por falta de
273 conhecimento e detalhamento, mas Tânia e Júnior discordam achando que não vai
274 adiantar devolver. Sra. Danielle propõe então que se vote nas alternativas
275 anteriormente levantadas pelos Conselheiros, sendo: a) Que o processo seja
276 devolvido porque ninguém compareceu na reunião para esclarecimento, e não



277 adianta chamá-los de novo por falta de interesse das partes, e pedir maiores
278 esclarecimentos pela falta de transparência. b) Não fecha essa discussão hoje e
279 reúne a Câmara Técnica, não voltando ao plenário, onde a Câmara Técnica irá
280 analisar e dar parecer, redigindo um documento juntar ao processo e só após
281 devolver para prefeitura, sem necessidade de outra votação. Raéder, inicia votação
282 no qual todos concordaram em delegar à Câmara Técnica para dar emissão de
283 parecer, devendo o resultado dessa discussão ser trazido ao Conselho na reunião
284 subsequente, somente para homologação, devendo o processo ser restituído à
285 Prefeitura para prosseguimento. Ao final dos trabalhos, Raeder comunica que
286 convocará reunião extraordinária para discussão de processos que estão em posse
287 do Conselho. Às 21h 40 min foi encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata
288 que segue assinada por mim, Alfredo Cirne Moreira, 1º Secretário, e demais
289 membros da Diretoria Executiva

290

291 **Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi**

292 Presidente

293

294

295

296 **Luiz Eduardo Penteado Borgo**

297 Vice Presidente

298

299

300

301 **Alfredo Cirne Moreira**

302 1º Secretário

303

304

305

306 **Afonso Celso Pereira Fábio**

307 2º Secretário